

Socialismo na América Latina? Olhai o Exemplo do Leste Europeu

Socialism in Latin America? Look at the Eastern European Example

Fernando Magalhães^(*)

recebido: 12/2016

aprovado: 12/2016

Resumo: a questão que se coloca aqui não é nova, mas é pertinente porquanto faz parte da agenda do presente: estamos prontos para o socialismo do século XXI? Para responder a esta questão, remonta-se à teoria de Marx sobre a transição ao socialismo e à prática concreta das revoluções “socialistas”, todas ocorridas em países de pouco avanço democrático e tecnológico, e de economia capitalista de baixo desenvolvimento. No entanto, sempre é possível lembrar que as revoluções ocidentais fracassaram e que a experiência socialista teve origem em países de pouco desenvolvimento. Resta indagar se esta obteve, seriamente, algum êxito. O “socialismo do século XXI” na América Latina fundamenta-se, dessa forma, numa tradição liberal-conservadora que está distante do ideário transformador radical. Enfim, chama-se atenção para os insucessos de nossa era. De Moscou à Argentina, do Brasil ao Chile, o socialismo do século XXI ainda será obra do Centro.

Palavras-chave: Socialismo, economia capitalista, América Latina, Marx.

Abstract: the question that arises here is not new, but it is relevant because it is part of this contemporaneity: are we ready for the socialism of the XXI century? To answer this question, we go back to Marx's theory about the transition to socialism and the concrete practice of the “socialists” revolutions, all occurred in countries with little democratic and technological advancement, as well as capitalist economy under development. However, we can always remember that Western revolutions failed and that the socialist experiment originated in countries of little development. It remains to inquire, earnestly, whether this got some success. “Socialism of the XXI century” in Latin America is based, thus, in a liberal-conservative tradition that is far from radical ideas transformer. Finally, attention is drawn to the failure of our era. From Moscow to Argentina, Brazil to Chile, socialism of the XXI century will still be the Center of the work.

Keywords: Socialism, capitalist economy, Latin America, Marx.

Analogia! Eis o que sugere o título. Estranha qualificação que nomeia um tema aparentemente alheio ao conteúdo que o evoca. A referência conjura o referente a opor-se à abordagem exigida. A menção geográfica insinua a ideia de oposição. Regiões distintas apontam para soluções diferenciadas. Apagam-se, supostamente, as semelhanças. Adicionalmente, não aprendemos desde cedo, nos bancos escolares, que a analogia é uma indução imperfeita, imprecisa, e como tal nos conduz a uma falsa comparação? Ou melhor, que devido à ausência de efetiva comprovação científica trata-se de um método

^(*) Doutor em Filosofia; Professor de Filosofia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). É autor de *Tempos Pós-Modernos*. São Paulo: Cortez, 2004; *À Sombra do Estado Universal. Os EUA, Hobbes e a nova ordem mundial*. São Leopoldo/RS: Unisinos, 2006 e *10 Lições Sobre Marx*. Petrópolis: Vozes, 2009. Contato: fmm17@uol.com.br

sujeito a falhas frequentes e de resultados duvidosos? A advertência, contudo, jamais impediu seu uso. O risco não é menor do que a dedução, embora reconheça a dificuldade de se movimentar em terreno relativamente movediço. Afinal, regiões distintas merecem tratamento diversificado.

Contudo, o simplismo dessa afirmação não tem grande apoio na prática. Tenho consciência do processo de abstração em que me envolvo. Mas não diz Adorno que é necessário atravessar o frio deserto da abstração para se filosofar concretamente? Voltemos ao enunciado acima. Ele nos remete a dois polos distantes: América Latina e leste europeu. Algo, porém, aproxima esses dois continentes, a despeito de suas diferenças específicas. Mais do que isso; as sociedades desses dois “cantinhos do mundo” não estão, igualmente longe, umas das outras, em termos econômicos e político-sociais. A globalização tornou-se a mãe adotiva dessas duas órfãs da universalização capitalista. Não preciso mesmo recorrer à condição pós-moderna, à medida que Marx já aproximara entre si – ainda que em forma de inversão – situações contraditórias no *Manifesto Comunista*.

Civilização e barbárie. Eis a “produção” do progresso. Nada impediu, contudo, que Marx e Engels exaltassem a internacionalização da economia, da política e da cultura. Panegírico antecipado em *A Ideologia Alemã* (1974, p. 45) com todas as consequências que conhecemos hoje:

Ora, quanto mais esferas individuais, que atuam uma sobre a outra, aumentam no decorrer desta revolução, e mais o isolamento primitivo das diversas nações é destruído pelo aperfeiçoamento do modo de produção, pela circulação e a divisão do trabalho entre as nações que daí resulta espontaneamente, mais a história se transforma em história mundial. Assim, se em Inglaterra se inventar uma máquina que, na Índia ou na China, tire o pão de milhares de trabalhadores e altere toda a forma de existência desses impérios, essa descoberta torna-se um fato da história universal.

A globalização contemporânea dispensa, inclusive, a renovação da farsa em seu trágico projeto liberal. Inútil a repetição; ambas já se encontram unidas. Da mesma maneira, a mundialização determina o campo em que é travada a contemporânea batalha política, cultural, econômica e social. É nessa arena que se dá a luta atual pelo socialismo. A questão que se coloca aqui não é nova, mas é pertinente porquanto faz parte da agenda do presente: estamos prontos para o socialismo do século XXI? Remonto, então, à teoria de Marx sobre a transição ao socialismo e à prática concreta das revoluções “socialistas”, todas ocorridas em países de pouco avanço democrático e tecnológico, e de economia capitalista de baixo desenvolvimento.

Desde os primeiros momentos de sua evolução teórica, tanto Marx quanto Engels “definiram” – pelo menos hipoteticamente – o *locus* da revolução social: a Europa. Não é difícil entender. Ali estavam reunidas as condições essenciais e necessárias para a instauração do socialismo. Obrigatória a presença da burguesia, de um proletariado forte, da realização da revolução

simultaneamente em todos os países civilizados (ENGELS, 1978, p. 26) e, sobretudo, a exigência de forças produtivas em alto grau de desenvolvimento. A revolução socialista era, portanto, do ponto de vista de sua eclosão, privilégio dos países avançados. Óbvio, do mesmo modo, para Marx e Engels, a exceção. Hesitantes, precavidos, ambos reconheceram na Rússia um país com potencial para “alavancar” uma mudança social na periferia e no centro. A interpretação, entretanto, exige prudência.

Note-se a precaução de Engels, em 1875, ao escrever *A Questão Social na Rússia*. Opondo-se à opinião de Tkatchov, de que o *artel* – forma primitiva da associação cooperativa – e a propriedade comunal da terra agiriam como elementos catalizadores para a transição socialista na Rússia, Engels (1982, p. 149) assinala: “o predomínio que esta forma tem na Rússia prova, naturalmente, que existe no povo russo uma acentuada tendência à associação, mas não demonstra, absolutamente, que este povo possa saltar, ajudado por esta tendência, do *artel* para a sociedade socialista”. Não se invoque, todavia, como última palavra, essa citação de Engels. Escute-se sua emenda à problemática em causa:

Essa transição para uma forma superior pode ocorrer sem que os camponeses russos passem pelo grau intermediário da propriedade parcelar burguesa, mas essa possibilidade depende de que uma revolução proletária triunfe na Europa Ocidental... (ENGELS, *id.* p. 152).

Não há, propriamente, menção a uma “revolução”, no sentido tradicional, na Rússia, mas sim que uma revolução no Ocidente, à época, auxiliaria uma passagem direta desse Estado ao socialismo sem a necessidade de atravessar o penoso caminho do capitalismo. É assim que se deve entender, igualmente, a conhecida introdução à edição russa do *Manifesto Comunista*, de 1882: “A única resposta que hoje se pode dar a esta questão é a seguinte: se a revolução russa tornar-se o sinal para a revolução proletária no ocidente, de modo que cada uma complemente a outra, a atual propriedade comum da terra na Rússia poderá servir de ponto de partida para a evolução comunista” (MARX e ENGELS, 1977, P. 66). Nada de uma revolução especificamente socialista, mas de um *sinal* para que a revolução ocidental permita à Rússia *evoluir* para o comunismo sem passar pelas vicissitudes do capitalismo. O certo é que, não obstante essa possibilidade, em qualquer circunstância a transformação social depende, necessariamente, do impulso revolucionário das sociedades avançadas. Confirmação que chega 12 anos mais tarde no *Epílogo à Questão Social na Rússia*.

Em 1894, Engels (1982, p. 281) renova suas esperanças “ocidentais”:

Mas um indispensável pré-requisito desse progresso é o exemplo e apoio ativo do Ocidente, até então capitalista. Somente quando a produção capitalista for superada em sua pátria e nos países em que floresce, somente quando, através de seu exemplo, os países atrasados puderem ver “como se faz”, como a coletividade utiliza

as forças produtivas industriais modernas em função da propriedade socialista, só então esses países poderão tornar aquele caminho mais curto de desenvolvimento, quando então terão a garantia de sucesso.

Essa me parece ser a conclusão que Mariátegui extrai dos ensinamentos da concepção materialista da história. Sem esquecer que a realidade peruana difere da europeia, Mariátegui pensa o “socialismo latino-americano” como ponto de partida para a evolução dos países avançados. A revolução latino-americana será apenas “uma etapa na fase da revolução mundial” (1982, p. 92). Seguramente, o socialismo, para ele, não é exclusivamente europeu, mas um movimento mundial. Não obstante, é difícil imaginá-lo antecipando a transição em nações atrasadas (*Id.* p. 167).

Quando os operários da Europa – dizia ele – lutaram pela conquista da jornada de oito horas, lutavam não apenas pelo proletariado europeu, mas pelo proletariado mundial. A nós, trabalhadores do Peru, foi fácil conquistar a lei de oito horas porque a lei de oito horas já estava em prática na Europa. O capitalismo peruano cedeu diante de vossa demanda, porque sabia que o capitalismo europeu cedia também.

Os trabalhadores do Peru “viram” como se “fazia” na Europa e se organizavam levando em conta o exemplo de seus companheiros nos países desenvolvidos. Pode-se lembrar sempre de que o marxismo não é um dogma, mas um processo de desenvolvimento histórico e, como tal, não se deve compreendê-lo repetindo textualmente as palavras de seus fundadores. Cumpre estudar a história e realizá-la com fundamento na realidade efetiva. Mas o marxismo é, *também*, uma análise científica que não deve desprezar certas descobertas que se mantêm válidas pela demonstração prática.

O exemplo russo é o mais significativo de todos, mas não o único. A NEP é a consequência visível da pressa revolucionária. O gigantesco atraso da economia russa exigiu, de Lênin, a introdução de mecanismos do sistema capitalista (fordismo, taylorismo, informações verticais a partir do gerenciamento de indivíduos separados da base, fim da gestão coletiva nas indústrias etc.) que afetou toda a vida política e social dessa nação. Sem mencionar o isolamento a que ficou submetida pelos regimes do mundo ocidental. A história se repete meio século mais tarde; dessa vez, do outro lado do planeta. O fracasso chileno confirma a fraqueza das revoluções socialistas em países atrasados, e o insulamento cubano não permitiu que a “Ilha de Castro” desenvolvesse o potencial democrático que dela se esperava. Sem falar no polêmico socialismo rural chinês que foi obrigado a realizar sua “NEP” tardiamente. Insuficientes, as duras réplicas da história, para obstar o retorno das teses de um “socialismo suburbano”.

Indaga-se, inclusive, por que a tradição do pensamento marxista não pensa o futuro deste continente a partir de sua realidade histórica, suas tradições culturais e seus sujeitos históricos sociais (LANDER, 2006, p. 233).

Já se imaginou – e continua a se mencionar – a possibilidade de um socialismo indígena. Teríamos, então, uma sociedade comunista agrária? O máximo que se poderia admitir, como fez Engels em relação ao *artel*, é que a cultura indígena possui uma “*tendência para a associação*”. Contudo é improvável imaginar a deflagração de um processo socialista indígena quando essa categoria representa 7% ou 8% da população total da América Latina (ROJAS, 2004, p. 36). Pouco importa se essa visão afeta a sensibilidade dos críticos das posturas eurocentristas de Marx e Engels, em sua maioria proveniente de uma concepção religiosa e subjetivista do mundo.

A Filosofia da Libertação, por exemplo, não se deu conta de que não basta olhar para a realidade de determinada sociedade nem se ancorar na mera vontade dos sujeitos, mas precisa perguntar pela tradição intelectual e sua inserção no contexto internacional. Aliás, esse foi o caminho trilhado por Marx ao escrever sua “Introdução à Crítica à Filosofia do Direito de Hegel”. A crítica ingênua ao “eurocentrismo” despreza as conquistas que se tornaram patrimônio da humanidade a despeito dos muitos barbarismos cometidos pelo colonialismo. Não é só o centro que exclui o outro com a fenomenologia individualista do *Dasein*, como sustenta Dussel (s/d, p. 14-15); em várias ocasiões, o *outro* representa a cópia obscena do original. É o espelho do seu algoz porque simboliza a outra face da mesma realidade. Já incorporou em seu seio todos os elementos deletérios daquele a quem responsabiliza por suas desgraças.

Hoje não são apenas as nações do norte que ocultam, por trás do Estado, a “robusta cadeia de casamatas” da qual falava Gramsci. A força da sociedade civil expandiu-se para o sul, de forma a aceitar a ideologia “centrista” em sua forma mais nefasta e degradante. Na Índia, parte da juventude manifesta uma identidade com o estilo de vida norte-americano sob o estímulo dos filmes produzidos pela maior fábrica de produção ideológica do mundo atual: Hollywood. Entretanto a cultura de outros países penetra pelas fendas da internacionalização afetando comportamentos no interior do próprio centro.

O cientista social Samuel Huntington demonstra sua repulsa ao multiculturalismo pelo fato de que esse processo está destruindo a cultura dos Estados Unidos, o que implica grave prejuízo para o Ocidente. Sua proposta conservadora (pôr fim ao multiculturalismo) não elimina a realidade. O centro absorve, igualmente, ainda que de forma mais lenta, a cultura de outros povos. Seja como for, não se pode ocultar que a “hierarquia” de valores não deva se submeter a um relativismo extremado e que a periferia, *grosso modo*, sempre permaneceu atrasada em relação às grandes conquistas da humanidade. Não são as agressões imperiais ao Iraque e ao Afeganistão, perpetradas pelos Estados Unidos, Inglaterra e outros aliados europeus que podem negar o avanço dos direitos humanos, de modo geral.

O conceito de civilização é progressivo, quer queiram ou não os avatares da moderna visão do politicamente correto. A bomba nuclear pode ter substituído a funda – na pessimista expressão de Adorno –, mas o desenvolvimento da ciência produziu medicamentos em quantidade para salvar a vida de muita gente neste planeta. Decerto, o capital determina onde aplicar mais “eficazmente” o investimento farmacêutico (a África, com certeza, e a América Latina, em sua maioria, são regiões secundárias no processo de aperfeiçoamento no setor de saúde); mas também é verdade que abandonamos ritos antigos e pandemias generalizadas – embora aqui e ali retornem, “graças” ao desenvolvimento tecnológico e dos transportes.

O automóvel, o avião, o celular, a internet, não são produtos meramente mercantis. Eles possuem qualidades que traduzem a evolução do homem, inclusive nos mais afastados rincões do globo. O comércio de órgãos, o mercado de drogas, a exploração do petróleo sob o pretexto de promover a democracia em Estados autoritários, não justificam o silêncio da esquerda em relação a “culturas bárbaras” predominantes em alguns países asiáticos e africanos. As torturas em Guantánamo e a intervenção armada imperialista são atos condenáveis, mas não fazem parte de nossa cultura. São ações “extraéticas”. Elas existem porque a força impede que os objetivos propostos pelas instituições internacionais se realizem de modo mais eficaz.

Quando os Estados Unidos e Israel desrespeitam as normas estabelecidas pela ONU eles rompem com regras gerais e universais firmadas de pleno acordo pelos povos da maior parte do globo. Quando os direitos humanos são violados entende-se esse rompimento como exceção, não como algo inerente ao estilo de vida da maioria dos países. Inversamente, a mutilação genital das mulheres, a obrigação de andarem amortalhadas para esconder o rosto, como condena Tariq Ali, a prática da execução por lapidação apenas de seres do sexo feminino, integram o *ethos* de algumas sociedades orientais. Não são simples “desvios” de comportamento humanitário.

Não se trata de renovar a concepção de “povos sem história”, mas de uma advertência a respeito da necessidade de amadurecimento daquelas nações que desejam promover uma transição para o socialismo, antes de alcançarem um estágio superior de civilização. Seria inconcebível um socialismo em que a prática do adultério fosse punida com a morte por apedrejamento. Sempre é possível lembrar que as revoluções ocidentais fracassaram e que a experiência socialista teve origem em países de pouco desenvolvimento. Resta indagar se esta obteve, seriamente, algum êxito.

Não existe, neste breve esboço, qualquer intenção de se opor à instauração de governos populares na América Latina. Seria o mesmo que pedir aos explorados e dominados que esperem pacientemente que a história – ou seu espírito – decida sua sorte e seu destino. Embora não tenha esperança em um “bolivarismo socialista”, reconheço que a proposta de integridade e

integração que hoje reaparece com nova força (QUIJANO, 2002, p. 36) estimula a luta contra o neocolonialismo liberal. Isso não significa um despertar socialista imediato. Não obstante a resistência contra esses poderes dominantes, e a tentativa de evitar a exploração imperialista, as nações do capitalismo tardio, ainda que unidas, não possuem força suficiente para enfrentar o poderio do norte.

Estes estão mais preparados, seus movimentos sociais e as lutas de classe são mais consistentes. As eleições presidenciais brasileiras de 2010 foram marcadas pela apatia, sem estímulo político, sem grandes manifestações públicas. Diferente do que ocorreu, por exemplo, na França e na Itália em outubro desse ano. Nosso desenvolvimento tecnológico – não se nega, aqui, a importância do seu avanço – ainda está caminhando lentamente. Mesmo que “os cientistas latino-americanos tenham sido, em diversas ocasiões, inventores e inovadores” em vários ramos da tecnologia, “a América Latina caracterizou-se pela frequente importação de tecnologia atrasada” (GARRETÓN, 2007, p. 44). Naturalmente, isso não é razão para a aceitação da predestinação da visão hegeliana – e, até mesmo, em certo sentido, marxista – da a-historicidade dos povos. Nada indica, porém, uma “explosão” socialista oriunda do sul. Não proponho, do mesmo modo, passividade política.

Apono, apenas, para a dificuldade de se acelerar o processo antes que as formações sociais do capitalismo tardio deem um passo à frente. Atente-se para a leitura “desenvolvimentista” do filósofo húngaro István Mészáros, em 1989¹. A alternativa socialista ao modo de controle do capital só poderia prevalecer nos países capitalistas privilegiados e altamente avançados. Posição que manteve até alguns anos atrás e exposta no prefácio à edição brasileira de seu *Para Além do Capital* (MÉSZÁROS, 2002, p. 31-32). Não negligencia, porém, a importância do fermento social na América Latina. A revisão de 2006 (p. 92), em que admite a emergência de mudanças radicais em nosso continente, em nada altera os termos da equação. Há boas razões para essa convicção.

Em nível global, os movimentos sociais mostram-se mais conscientes das novas funções do capitalismo pós-moderno nos países centrais, ainda que sofram da apatia que se abate sobre as classes trabalhadoras em todo o mundo. Os exemplos de Seattle e Gênova, as ações do ATTAC, na França, e do *Reclaim the Streets*, em Londres, indicam uma atividade extraparlamentar ausente das sociedades do Terceiro Mundo, à exceção do MST – ainda assim duvidosa, em função de seu agrarismo – e do zapatismo, no México. Predomina, quase em sua totalidade, a “vitória” da esquerda pela via exclusivamente eleitoral. Complexo, da mesma forma, para o proletariado latino-americano, utilizar-se das novas forças produtivas (tecnologia avançada, informação, novos modelos de comunicação etc.) sem ver “*como se faz*”. Acima de tudo, porém, o chamado entusiasmo renovador reside em um

reduzido número de países que reivindica a tradição “revolucionária” bolivariana.

O “socialismo do século XXI” na América Latina fundamenta-se, dessa forma, numa tradição liberal-conservadora que está distante do ideário transformador radical. Ilusão que levou a intelectualidade latino-americana a uma revisão curiosamente “bairrista” do texto de Marx sobre Bolívar. Depois que Hugo Chavez – secundado por Evo Morales – ousou desafiar (e, nesse sentido, creio que acertadamente) o imperialismo norte-americano na Região, a esquerda “local” pronunciou-se quase de forma provinciana, transformando-o no novo ícone da libertação da humanidade. A força do Poder Constituinte cede lugar ao novel culto da personalidade.

A ênfase que se deveria conceder à criativa Constituição venezuelana desloca-se para o ritual individualista que atribui a um homem o poder de realizar as mudanças. Foi assim com Lênin, com Stálin, com Mao, com Fidel Castro e, agora, com Hugo Chavez. Claro, à sombra de Bolívar. O discurso bolivariano é alçado à condição de nova arma ideológica na luta contra o neocolonialismo. Inverte-se o fenômeno. Marx, ao desconhecer as fontes biográficas do “verdadeiro” Bolívar, equivocara-se na avaliação sobre o caráter e o papel do Libertador. O “vergonhoso” Bolívar de Marx é elevado aos céus pela hagiografia do marxismo latino.

Indubitável a natureza independentista de Simón Bolívar. Suspeito, contudo, o valor de sua teoria para o socialismo de nosso século. O próprio Marx reconhecia o valor de uma luta social pela independência e defensora dos princípios de autodeterminação. Só não os atribuía a Bolívar (ROSENMANN e CUADRADO, 2008, p. 65). Não se pode negar. A antipatia de Marx em relação ao líder venezuelano obscureceu, relativamente, sua análise a respeito da necessidade de um Estado forte, num contexto continental e mundial cujo traço característico era a ascensão da contra-revolução (ARICÓ, 1982, p. 114). Não se equivocara Marx, porém, quanto aos princípios da teoria bolivariana. Com amável avaliação da democracia, rechaçava-a por não se adequar às condições dos governos americanos (ROSENMANN e CUADRADO, 2008, p. 67). Só a democracia é suscetível de uma absoluta liberdade, repetia Bolívar (1975, p. 99-106). Em seguida descrevia seus defeitos – os horrores que ofereceu Atenas, por exemplo – para acentuar as vantagens da monarquia e da aristocracia.

No conceito de Bolívar, só a democracia é suscetível de absoluta liberdade. Trata-se para ele, porém, de uma abstração. A realidade não promete tantos benefícios quanto a teoria. Assim, “qual o governo democrático que reuniu a um só tempo poder, prosperidade e permanência?” (BOLÍVAR, 1975, p. 99). Ao contrário, o que se via era a aristocracia e a monarquia cimentar grandes e poderosos impérios séculos sem fim à medida que as

repúblicas como as de Esparta, Atenas e Veneza possuíram vida pouco duradoura (*Id.* p. 99, 105-106), conforme descrito mais atrás.

Seu norte, imitar a Constituição Britânica no que ela teria de “republicanismo” e temperá-la com um senado hereditário e um presidente vitalício (*Id.* p. 108-110 e 130). Evitar eleições presidenciais e impedir o surgimento da anarquia (*Id.* p. 133). Não surpreende a ânsia de Chavez pela presidência perpétua. Façamos justiça. O Poder Constituinte da Venezuela dotou o país de, provavelmente, a mais democrática Carta Magna da América Latina. Não pode ser lançada ao mar sob o pretexto do discurso anti-imperialista. O fortalecimento do poder individual mostra, definitivamente, que as massas não possuem o controle de seu próprio destino.

Ao forçar o caminho para um suposto socialismo antes de esgotar o potencial das velhas forças produtivas, forjar uma trilha cujo pavimento resulta na liderança individual de um homem ou mais no Continente americano – seja Chavez, Morales ou Lula – e pretender saltar etapas sem condições de domínio sobre as forças produtivas dos novos tempos, a América Latina corre o risco de enveredar pela tese do “elo fraco” da corrente e naufragar na praia depois de nadar em direção a terra. Em entrevista concedida ao Instituto Humanitas Unisinos (IHU), o historiador Moniz Bandeira é claro: o capitalismo é uma ordem econômica internacional, e sem que se esgotem suas possibilidades de desenvolvimento o socialismo não é possível. As correntes de esquerda que ainda restam não entendem que não se pode instalar o socialismo em países atrasados, sem segurança alimentar e dependentes do mercado mundial capitalista.

Volto a lembrar. Não importa se Marx deixou de compreender a situação em que a necessidade de “adequar-se aos tempos” exigia uma sociedade governada por mão de ferro. Interessa muito mais recordar que essa foi a justificativa leninista para as condições de “êxito” da revolução russa (o fim dos conselhos, a gestão pessoal e não dos trabalhadores nas fábricas, entre outras medidas extremas); sabemos hoje em que deu tudo isso. Corolário lógico: se as independências latino-americanas receberam o legítimo respaldo da teoria e prática bolivarianas, não significa que elas mantenham sua eficácia para a realização da democracia na América atual. Até mesmo porque a meta de Bolívar não era o socialismo, mas a sociedade liberal. A república liberal instituída por homens virtuosos e ilustrados, e não por princípios (*Id.* p. 106). Ao que parece, nada se aprendeu com as lições de outubro. O velho leste europeu faz sua entronização nas Américas, e os frutos amargos da árvore da repressão já se podem colher.

O banimento de Zelaya revela uma versão “benevolente” do pinochetismo. Fato que não se transformou em tragédia pelo simples motivo de que o governo deposto ainda não ameaçava flagrantemente o direito de propriedade. O simples surgimento de governos populares já rendeu uma ideia

promissora ao regime norte-americano: a pretensão de instalar bases militares na Colômbia. Difícil o socialismo em condições prematuras. A advertência de Marx e Engels permanece válida ainda nos dias de hoje e nos convida a pensar a famosa fórmula de Gramsci sobre a estratégia de guerra de posições, em que um processo de hegemonia envolve um projeto de longo prazo de reforma intelectual e moral. A resistência dos movimentos sociais em todo o globo parece sugerir essa tendência. Uma tendência que se inicia nos países avançados e se irradia para o interior do “sul”. O contrário pode até ser verdadeiro, mas não decisivo. Além de ingênuo.

Olhai o exemplo da Comuna de Paris, bradava Engels. Seu apelo dirigia-se para as ações realizadas pelos *communards*, não para seu sucesso – o que, de fato, não ocorreu. Na inversão analógica, chamo atenção para os insucessos de nossa era. De Moscou à Argentina, do Brasil ao Chile, o socialismo do século XXI ainda será obra do *Centro*. Queiramos ou não, esta é a realidade.

Bibliografia

ARICÓ, José. *Marx e a América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

BOLÍVAR, Simón. *Escritos Políticos*. Madrid: Alianza Editorial, 1975.

GARRETÓN, Manuel Antônio et alii. *América Latina no Século XXI*. Em direção a uma nova matriz sociopolítica. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2007.

DUSSEL, Enrique. *Filosofia da Libertação na América Latina*. São Paulo: Edições Loyola, s/d.

ENGELS, Friedrich. *Princípios Básicos do Comunismo*. Lisboa: Edições Avante, 1975.

_____. A Questão Social na Rússia. In: FERNANDES, Rubem César (Org). *Dilemas do Socialismo*. A controvérsia entre Marx, Engels e os Populistas Russos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____. Epílogo à Questão Social na Rússia. In: FERNANDES, Rubem César (Org). *Dilemas do Socialismo*. A controvérsia entre Marx, Engels e os Populistas Russos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

LANDER, Edgardo. Marxismo, eurocentismo y colonialismo. In: BORON, Atilio; AMADEO, Javier e GONZÁLES, Sabrina (orgs). *La Teoría Marxista Hoy*. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

MARIÁTEGUI, José Carlos. *Mariátegui*. Coleção Grandes Cientistas Sociais. BELLOTO, Manoel L. e CORRÊA, Anna Maria (orgs). São Paulo: Ática, 1982.

MARX, Karl, e ENGELS, Friedrich. Prefácio à edição russa do Manifesto Comunista de 1882. In: MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Cartas Filosóficas e Outros Escritos*. São Paulo: Grijalbo, 1977.

_____. e ENGELS, F. *A Ideologia Alemã*. Vol. I. Lisboa: Editorial Presença, 1974.

MÉSZÁROS, István. *Para Além do Capital*. São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. *O Poder da Ideologia*. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. Bolívar e Chavez: o espírito da determinação radical. *Margem Esquerda*. Ensaios marxistas. Nº 8. Nov-2006.

QUIJANO, Aníbal. Dom Quixote e os moinhos de vento da América Latina. In: ARAUJO, Cícero; AMADEO, Javier. *Teoria Política Latino-Americana*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2009.

ROJAS, Carlos Antonio Aguirre. *América Latina*. História e Presente. Campinas/SP: Papirus, 2004.

ROSENMANN, Marcos Roitman e CUADRADO, Sara Martínez. Epílogo a Simón Bolívar, de Marx. In: MARX, Karl. *Simón Bolívar*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

¹ A obra em que Mézáros expôs a opinião acima (*O Poder da Ideologia*) só foi publicada no Brasil em 2004. Ver, especialmente, as p. 545-546.